



CERTIDÃO

LEI MUNICIPAL Nº 721 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2010.

Certifico que nesta data foi publicada este (a)

Lei Municipal
com afixação no placar do município.
Marzagão, 01/11/2010

[Assinatura]
Responsável Pelo Placard

“Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público do Município de Marzagão.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de Goiás, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou, e eu, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Marzagão.

Parágrafo Único – Integram este Plano de Carreira e Remuneração os servidores ocupantes do cargo de Profissional da Educação.

Art. 2º - O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Marzagão tem por objetivo a eficiência e a eficácia do sistema educacional do Município e a valorização do servidor público do Magistério, mediante:

- I.** adoção do princípio do merecimento para desenvolvimento na carreira;
- II.** adoção de uma sistemática de remuneração harmônica e justa que permita a valorização e a contribuição de cada servidor público do Magistério, através da qualidade de seu desempenho.

Art. 3º - Para os fins desta Lei considera-se:

- I.** Servidor Público do Magistério - a pessoa legalmente investida em cargo público com atribuições específicas das funções do Magistério;
- II.** Cargo Público - o conjunto de atribuições e responsabilidades confiadas a servidor público e que tenha como características essenciais a criação por lei, número certo, denominação própria e pagamento pelo Município;
- III.** Quadro de Pessoal – é constituído pelo conjunto de classes que compõem o cargo efetivo do Magistério Público Municipal;
- IV.** Nível – subdivisão de um cargo, em sentido de carreira;
- V.** Quadro Provisório – é constituído pelo cargo extinto a vagar;
- VI.** Padrão - a posição distinta na faixa de vencimentos dentro de cada classe, identificado por letra, correspondente ao posicionamento de um ocupante de cargo efetivo em razão de seu desempenho e do tempo de serviço.

Art. 4º - O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal é composto por:

[Assinatura]



- I.** Quadro de Pessoal Permanente - Anexo I;
- II.** Descrição Sumária do Cargo e Pré-requisitos por Níveis - Anexo II;
- III.** Tabela de Enquadramento - Anexo III;
- IV.** Tabela de gratificações de diretor e de responsável por unidade escolar municipal – Anexo IV;
- V.** Tabela de Avaliação de Desempenho Funcional - Anexo V;
- VI.** Tabela de Vencimentos - Anexo VI;
- VII.** Tabela de Vencimentos – Anexo VII, à vigorar a partir de 03 (três) de janeiro de 2011.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 5º - O ingresso na carreira por concurso público dar-se-á no padrão inicial da classe em que se promover o concurso, atendidos os pré-requisitos constantes do Anexo III desta Lei.

CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO FUNCIONAL

Art. 6º - Promoção Funcional é a movimentação do servidor do Magistério dentro do cargo que ocupa, compreendendo a Progressão Horizontal e Vertical, desde que, atendidas às disposições constantes no referido Plano de Carreira.

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 7º - Progressão Horizontal é a movimentação por merecimento do professor de uma referência para outra, dentro de um mesmo nível.

§ 1º - Os padrões e os vencimentos são os constantes do Anexo VI desta Lei.

§ 2º - Ao passarem de uma referência para outra, indicadas pelas respectivas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O constante do anexo VI, os professores terão seus vencimentos acrescidos de 2% (dois por cento), calculados sobre o valor da referência em que se encontrarem ao tempo da progressão.

Art. 8º - O servidor do Magistério terá direito à Progressão Horizontal, desde que satisfaça, simultaneamente, as seguintes condições:

- I.** não esteja cumprindo estágio probatório;
- II.** houver completado 02 (dois) anos de efetivo exercício na referência;
- III.** obtiver resultado favorável em pelo menos 70% (setenta por cento) nas avaliações de desempenho relativas ao interstício de tempo referido no inciso anterior.



IV. tiver participado, com aproveitamento de, pelo menos 120 horas de programas ou cursos de capacitação em áreas específicas que lhes dê suporte para o seu exercício profissional, na modalidade presencial ou à distância, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação ou por instituição devidamente credenciada desde que reconhecidos por órgão competente, com duração mínima de 80 (oitenta) horas cada um.

§1º - Os incisos II e III deste artigo, só serão aplicados na Progressão Horizontal, e caso a Secretaria Municipal de Educação não ofereça programas de treinamento o servidor não deverá ter prejuízo, sendo que esta poderá ocorrer através da iniciativa do professor (por sua conta própria), desde se aperfeiçoe com programa de treinamento ou desenvolvimento, e com cursos de duração acumulativa mínima de 120 horas aulas.

§ 2º - O tempo de afastamento do exercício do cargo não se computará para o período de que trata o inciso II deste artigo, exceto nos casos considerados como de efetivo exercício, nos termos do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marzagão.

§ 3º - A contagem de tempo para o novo período será iniciada no dia seguinte àquele em que o servidor houver completado o período anterior.

§ 4º - Não interromperá a contagem do interstício aquisitivo o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º - A Administração concederá a Progressão Horizontal, a cada 03 (três) anos, após formalização do resultado da avaliação de desempenho.

§ 6º - Não fará jus à Progressão Horizontal o servidor que houver sofrido, neste período, pena disciplinar.

§ 7º - A Progressão Horizontal será calculada ao servidor que fizer jus, a partir do 1º (dia) útil do mês subsequente ao da posse.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 9º - Progressão Vertical é a passagem do Servidor do Magistério, de um Nível para outro, dentro de um mesmo cargo, mediante habilitação comprovada, respeitando o tempo de serviço e mediante a existência de vagas.

§ 1º. A progressão por habilitação não altera a referência em que o professor se encontrava no nível anterior.

§ 2º. Não se concederá progressão vertical quando o título tiver sido usado para gratificação de titularidade, exceto no caso de título de mestrado e doutorado.

§ 3º. Não será concedida a progressão vertical ao professor que estiver:

I - em licença para mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

II - em licença para tratar de interesse particular ou afastado, a qualquer título, com ou sem ônus para os cofres públicos;

III - cumprindo pena disciplinar;

IV - em exercício fora do âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

V - sujeito a estágio probatório.



§ 4º. Após uma progressão vertical, o professor não poderá solicitar nova progressão vertical, pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, período em que será proibida a sua disposição.

§ 5º. A progressão por habilitação dar-se-á nos meses de janeiro e julho de cada ano, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 10 - Para fazer jus à Progressão Vertical, o Profissional da Educação deverá observar o disposto abaixo, atender aos pré-requisitos de formação constantes do Anexo III desta Lei e não ter sofrido pena disciplinar nos últimos 03 (três) anos que a antecederem.

Parágrafo Único - O número de vagas disponíveis anualmente para progressão vertical, será o equivalente ao percentual de 10% (dez por cento), do número de professores efetivos do quadro do magistério, respeitando sempre, o critério de antiguidade, ou seja, o servidor municipal, com maior tempo de efetivo exercício no Magistério, usando como base os meses de janeiro e julho de cada ano, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 11 - Na Progressão Vertical, o Profissional da Educação será posicionado em padrão de vencimento igual ao que ocupava na classe anterior.

CAPÍTULO IV DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 12 - Vencimento é a retribuição paga ao professor pelo efetivo exercício do cargo, variando de acordo com o nível e a referência que tiver sido alcançada.

Art. 13 - Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens de caráter permanente a ele legalmente incorporáveis.

Art. 14 - O valor atribuído a cada padrão de vencimento será devido pela carga horária mensal prevista para o cargo, conforme Anexo I.

Art. 15 - O professor perceberá o vencimento ou a remuneração quando estiver em efetivo exercício do cargo ou nos casos de afastamento previstos em Lei.

§ 1º - A tabela de vencimentos estabelecida no Anexo I servirá de base para o cálculo proporcional dos vencimentos relativos às cargas horárias diversas, previstas no Estatuto do Magistério Público do Município de Marzagão.

§ 2º - No vencimento mensal correspondente a cada padrão está incluído o descanso semanal remunerado.

Art. 16 - Ao professor investido em cargo de provimento em comissão, é dado optar pelo vencimento ou remuneração de seu cargo efetivo sem prejuízo da gratificação respectiva.



Art. 17 - O servidor do Magistério poderá receber, além do vencimento, as seguintes vantagens pecuniárias:

- I.** Gratificação pelo Exercício de Cargo em Comissão;
- II.** Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança;
- III.** Gratificação pelo Exercício de Atividades de Pesquisa, Capacitação e Técnico-Educacionais Especializadas;
- IV.** Gratificação pelo Encargo de Membro ou Auxiliar de Banca ou Comissão de Concursos;
- V.** Gratificação de Regência de Classe;
- VI.** Adicional de Titularidade;
- VII.** Adicional por Tempo de Serviço;
- VIII.** Adicional Noturno;
- IX.** Adicional de Férias;
- X.** Décimo Terceiro Vencimento.

§1º - Os aposentados e pensionistas oriundos do magistério Público do Município terão suas remunerações corrigidas nas mesmas datas em que ocorrerem os reajustes para o servidor do magistério em ativa;

§2º - As gratificações e adicionais previstos no “caput” deste artigo, que não são auto-aplicáveis, caso seja necessário a atribuição, serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da legislação pertinente.

Art. 18 – A Gratificação de Diretor de Escola, nos termos do Estatuto do Magistério, será a constante do Anexo V, desta Lei.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Função Gratificada - FG de Vice-Diretor, automaticamente, a cada instalação e funcionamento de uma nova escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 19 – O Membro do Magistério indicado para ocupar Cargo em Comissão ou Função Gratificada fora do Plano de Carreira não perderá sua situação funcional.

Parágrafo único. O Membro do Magistério que deixar de exercer Cargo em Comissão ou Função Gratificada retornará ao cargo de origem.

CAPITULO V DO REGIME HORÁRIO DE TRABALHO

Art. 20 – O regime de trabalho normal do membro do Magistério será de no mínimo 20 (vinte horas) horas-aulas e no máximo 40 (quarenta) horas-aulas semanais, cumpridas em unidade escolar ou outro órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposições contidas no Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Marzagão-Go.



Parágrafo único. Os membros do Magistério, que atuam no Ensino Fundamental e Educação Infantil, cumprirão 80% (oitenta por cento) da carga horária em atividades diretamente ligadas ao aluno e 20% em atividades estudos, planejamento e avaliação do trabalho Didático.

Art. 21 – O membro do Magistério, sempre que as necessidades do ensino exigir poderá ser convocado para cumprir regime de trabalho com a seguinte carga-horária.

I – 30 (trinta) horas semanais com 20 (vinte) horas cumpridas em um turno e 10 (dez) horas cumpridas em outro turno em Unidade Escolar.

II – 40 (quarenta) horas semanais cumpridas em dois turnos em Unidade Escolar ou em órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 22 – O regime de 40(quarenta) horas semanais proíbe ao membro do Magistério o exercício cumulativo de outro cargo ou função Municipal.

Art. 23 – A convocação para cumprir regime de trabalho será feita através de Portaria do Prefeito Municipal por prazo determinado, mediante proposta fundamentada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 24 – Poderá haver convocação temporária para substituir afastamento de professor amparados em Lei.

CAPITULO VI DAS FÉRIAS

Art. 25 - O professor fará jus, anualmente, a trinta dias consecutivos de férias e quinze dias de recesso escolar.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo são necessários doze meses de exercício.

§ 2º - Desde que em regência de classe, os professores deverão gozar férias no mês de julho.

§ 3º - Caso o período regular de férias coincida com o período da licença à gestante, as férias deverão ser transferidas, com início imediatamente após o termino da doença em comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação.

§4º - É vedada a acumulação de férias do pessoal do magistério.

§5º - O professor não é obrigado a interromper suas férias, qualquer que seja o motivo.

§6º - Só fará jus ao recesso escolar, o professor que estiver em efetivo exercício de regência de classe.

§7º - O recesso escolar deverá ocorrer no mês de janeiro, antes do início de um novo período eletivo.

Art. 26 - Pelo tempo em que estiver em férias o professor terá seu vencimento ou remuneração acrescida de um terço, que deverá ser pago no mês anterior ao gozo das férias.



Art. 27 - É vedado utilizar no cálculo das férias, qualquer falta ao serviço.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção I Do Enquadramento

Art. 28 - O enquadramento dos atuais servidores do Magistério no cargo e Níveis, de denominação idêntica ou correlata, dar-se-á em conformidade com o Anexo III.

Art. 29 - O enquadramento dos servidores abrangidos por esta Lei dar-se-á no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, e será realizado pelo Departamento de Pessoal em conjunto com a Secretaria de Administração do Município de Marzagão.

Art. 30 - Nenhuma redução de vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, proventos ou pensão poderá resultar da aplicação do disposto nesta Lei, devendo, no enquadramento, quando for o caso, ser assegurado ao servidor a diferença, como vantagem pessoal.

§ 1º - O valor da vantagem pessoal prevista neste artigo será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Magistério Público do Município de Marzagão.

§ 2º - A obtenção do valor da vantagem pessoal não dá direito ao servidor de reduzir sua jornada de trabalho.

§ 3º - Caso o vencimento resultante do processo de enquadramento seja inferior àquele já percebido pelo servidor, fica-lhe assegurado o posicionamento em padrão de vencimento imediatamente superior.

Art. 31 - Aplica-se aos Servidores do Magistério aposentados e aos pensionistas, no que lhe couber, os reajustes salariais em paridade com os servidores do magistério da ativa, exceto as concessões de Progressão Vertical e Horizontal, e adicionais por tempo de serviço.

Art. 32 - As dúvidas e os casos omissos observados na efetivação do enquadramento dos servidores do Magistério serão decididos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvida a Comissão Especial de Enquadramento.

Art. 33 - Ao servidor é assegurado o direito de peticionar a revisão de seu enquadramento ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, após a publicação do Decreto de Enquadramento.



Art. 34 - As vantagens pecuniárias, a qualquer título, atualmente atribuídas aos servidores do Magistério, não expressamente revogadas, ficam extintas a partir da vigência do enquadramento dos servidores previstos nesta Lei, observando-se o disposto no art. 37, inciso XV, da Constituição da República de 1988.

Seção II

Da Compatibilização do Quadro de Pessoal

Art. 35 - A implantação deste Plano de Cargos e Vencimentos se consolidará após a realização do enquadramento de todos os Servidores do Magistério do Município de Marzagão, abrangidos por esta Lei.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 36 - A descrição detalhada dos cargos será objeto de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 - É terminantemente proibido o desvio de função, a partir da implantação deste Plano de Cargos e Vencimentos, sob pena de perda do direito de se beneficiar da promoção funcional, enquanto permanecer em desvio de função.

Art. 38 - Os pedidos para a concessão de titularidades só será possível, após dois anos do início da vigência desta Lei.

Art. 39 - O servidor do Magistério do Município que tenha exercido cargo em comissão ou função de confiança por cinco anos consecutivos, a partir da publicação desta Lei, terá direito a incorporar ao seu vencimento, a maior gratificação percebida por período não inferior a um ano ininterrupto, a título de estabilidade econômica.

§ 1º - O benefício previsto no "caput" deste artigo é inacumulável com qualquer outro de idêntico fundamento.

§ 2º - Considera-se como exercício de cargo em comissão ou função de confiança, a participação em comissão especial, direção, chefia ou assessoramento de órgãos ou entidades da administração municipal.

§ 3º - O benefício previsto neste artigo será concedido a partir da data de seu requerimento junto ao órgão competente da Administração, que passará a efetuar o respectivo pagamento após o ato de concessão, observado o efeito legal do requerimento.

Art. 40 - Os servidores municipais, que detenham formação própria para o Magistério, que comprovadamente atuam na área, poderão optar pelo seu aproveitamento dentro do Plano de Carreira de que trata esta lei. Em conformidade com sua formação, fica garantida a não redução de sua remuneração, incluídas as vantagens específicas do Magistério, ficando a diferença, caso ocorra, a ser paga a título de vantagem pessoal, a ser absorvida por futuros reajustes salariais.



Art. 41 - Para todos os efeitos, será concedida ao servidor que vier a falecer ou aposentar-se, sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a Progressão Vertical ou Horizontal.

Art. 42 – Fica determinado que as Tabelas constantes dos anexos VI e VII fazem parte desta Lei, e deverão ser aplicadas isoladamente, uma de cada vez.


Art. 43 - A tabela constante do anexo VI, com a nova fixação do piso salarial deverá ser aplicada imediatamente, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 44 - A tabela constante do anexo VII, fixará o novo piso salarial, e passará a vigorar, para sua aplicação, a partir de 03 (três) de janeiro de 2011.

Art. 45 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Municipal vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de Goiás, aos 22 (vinte dois) dias do mês de outubro de 2010.


CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Municipal


MYLLER SOARES MARINHO
Secretário Municipal de Educação

MARILY MARIANO DA SILVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Educação

**PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 721/2010****ANEXO I****QUADRO DE PESSOAL**

CARGO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO			
Denominação do Cargo	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal	
Professor P- I	20	105h	
	30	157h	
	40	210h	
Professor P- II	20	105h	
	30	157h	
	40	210h	
Professor P- III	20	105h	
	30	157h	
	40	210h	
Professor P- IV	20	105h	
	30	157h	
	40	210h	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de Goiás, ao primeiro dia do mês de novembro de 2010.


CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Marzagão



PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 721/2010.

ANEXO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS E PRÉ-REQUISITOS POR CLASSE

TÍTULO DO CARGO: Profissional da Educação

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

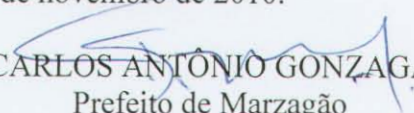
Exerce atividades docentes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, elaborando planos de curso e de aula; preparando e selecionando material didático; elaborando, aplicando e corrigindo testes e trabalhos para assegurar a formação do aluno, bem como atividades de suporte pedagógico direto, incluídas as de direção, planejamento, capacitação, pesquisa, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional em unidades escolares, unidades regionais de ensino e nas unidades técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

NÍVEIS

PRÉ-REQUISITOS

- | | |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NÍVEL I | - Ensino Médio completo na modalidade normal, para docência na Educação Infantil.
- Aprovação em concurso público, conforme dispuser Edital. |
| NÍVEL II | - Ensino Superior em curso de licenciatura, graduação plena para docência na Educação.
- Aprovação em concurso público, conforme dispuser o Edital; |
| NÍVEL III | - Ensino Superior em curso de licenciatura, graduação plena para docência, mais especialização lato sensu (com no mínimo 360 horas) – pós-graduação na área educacional.
- Aprovação em concurso público, conforme dispuser o Edital; |
| NÍVEL IV | - Ensino Superior em curso de licenciatura, graduação plena para docência, mais especialização stricto sensu (mestrado) na área educacional.
- Aprovação em concurso público, conforme dispuser o Edital; |
| NÍVEL V | - Ensino Superior em curso de licenciatura, graduação plena para docência, mais especialização stricto sensu (doutorado) na área educacional.
- Aprovação em concurso público, conforme dispuser o Edital; |

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de Goiás, ao primeiro dia do mês de novembro de 2010.


CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Marzagão




PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 721/2010.

ANEXO III

TABELA DE ENQUADRAMENTO

Referência – Lei 609/2005 (Posição anterior)	Padrão – Lei n. /2010 (Posição no enquadramento)
02	A
04	B
06	C
08	D
10	E
12	F
14	G
16	H
18	I
20	J
22	K
24	L
26	M
28	N
30	O

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO,
Estado de Goiás, ao primeiro dia do mês de novembro de 2010.


CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Marzagão




PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI N.º 721/2010.

ANEXO IV

**TABELA DE GRATIFICAÇÕES DE DIRETOR E DE RESPONSÁVEL POR
UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL**

FUNÇÃO	TURNOS DE FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE TURMAS EM FUNCIONAMENTO	VALOR EM %
FGD - 1	1	Até 5	25%
	2		30%
FGD - 2	1	06 até 10	35%
	2		40%
FGD - 3	1	Acima de 10	45%
	2		50%

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de
Goiás, ao primeiro dia do mês de novembro de 2010.



CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Marzagão

**PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI N.º 721/2010.****ANEXO V****TABELA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

Especificações	Critério	Pontos
Aperfeiçoamento	Horas de Cursos	
Até o máximo de 30 pontos por biênio.	40 a 50	5
	51 a 70	10
	71 a 100	15
	101 a 200	20
	201 a 300	25
	Mais de 301	30
Dedicação	Frequência	Pontos
Até o máximo de 30 pontos por ano.	100%	30
	95%	20
	90%	15
Produtividade	Projetos	Pontos
Até o máximo de 40 pontos por ano.	Boa (entre 90 e 100 pontos)	40
	Média (entre 71 e 89 pontos)	30
	Fraca (entre 50 e 70 pontos)	20
Funções	Participação/Exercício	Pontos
Até o máximo de 10 pontos por ano.	Comissões e Conselhos	5
	Direção	10
	Função Gratificada	5
	Docência em Sala de Aula	10
Publicações		Pontos
Até o máximo de 20 pontos por ano	Artigo Científico	20
	Artigo de Jornal	5
	Congressos e Seminários	10
	Projetos Premiados	20

PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA PROGREDIR: 70 PONTOS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARZAGÃO, Estado de Goiás, ao primeiro dia do mês de novembro de 2010.


CARLOS ANTÔNIO GONZAGA
Prefeito de Marzagão